



BOLETIM TRIMESTRAL DE INDICADORES DO TRABALHO

Nº 03/2021 Período de referência: 3º trimestre de 2021

Carlos Moisés da Silva
Governador do Estado de Santa Catarina

Luciano José Buligon
Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável

Diego Goulart
Diretor de Desenvolvimento de Emprego e Renda

Ricardo Amorim
Gerente de Políticas de Emprego e Ocupação

Elaboração:

Leandro dos Santos, Sociólogo.
Pietro Caldeirini Aruto, Economista.

Florianópolis, 30 de novembro de 2021.



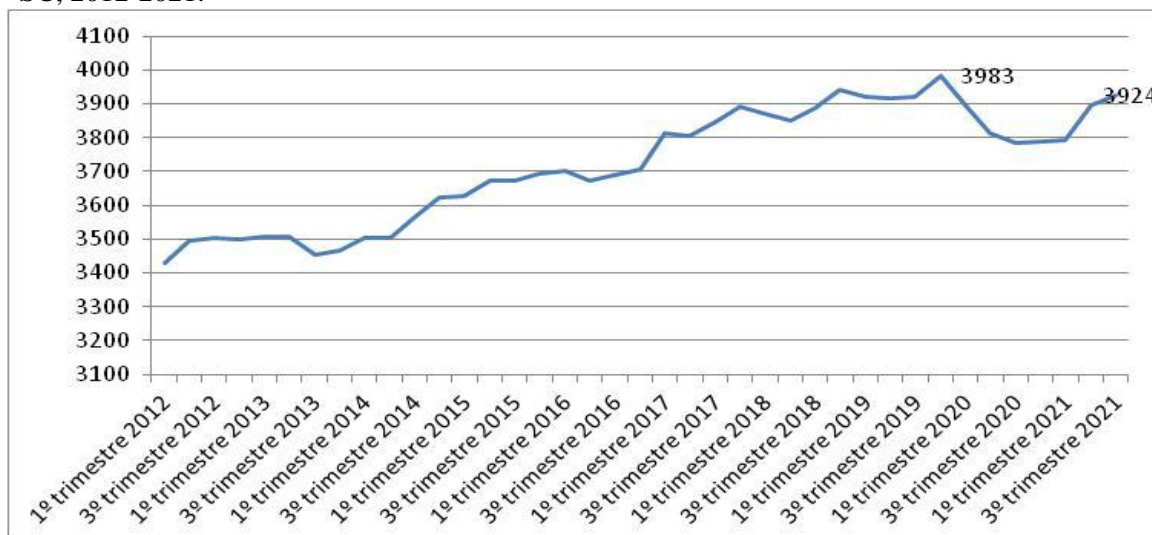
INTRODUÇÃO

O Boletim Trimestral de Indicadores do Trabalho é uma publicação periódica da Diretoria de Emprego e Renda (DIER/SDE) no qual se apresenta a evolução dos principais indicadores do mercado laboral em Santa Catarina. O objetivo é oferecer um instrumento sintético de monitoramento das condições do mercado de trabalho para subsidiar a reflexão e a tomada de decisões no âmbito das políticas públicas de trabalho e desenvolvimento econômico no Estado. A base de dados utilizada é a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar Contínua – PNADC, divulgada trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Força de trabalho: classifica-se como força de trabalho o conjunto das pessoas ocupadas e desocupadas no período de referência.

Conforme dados da última PNADC/IBGE, referente ao 3º trimestre de 2021, a força de trabalho em Santa Catarina encontra-se estimada em 3,924 milhões de pessoas. Na comparação com o trimestre anterior, o acréscimo de 28 mil pessoas significou uma variação de 0,7% da força de trabalho estadual.

Gráfico 1: Pessoas de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho (em milhares), por trimestre - SC, 2012-2021.



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: DIER/SDE.

População ocupada: Classificam-se como ocupadas as pessoas que, no período, trabalharam pelo menos 1 hora completa em trabalho remunerado ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), em trabalho sem remuneração direta ou as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas. As **posições na ocupação** classificam-se em: empregado, empregador, conta própria e trabalhador familiar auxiliar. A **categoria da ocupação** se refere ao enquadramento legal dessas posições, tais como: empregado com ou sem carteira de trabalho assinada, regime estatutário, empregador e conta própria com ou sem CNPJ.

Dentro da força de trabalho, a população ocupada soma 3,717 milhões de pessoas. Em números absolutos, a variação em relação ao trimestre anterior foi de um acréscimo de 48 mil pessoas e em relação ao mesmo trimestre do ano anterior de 186 mil pessoas.

Dentre as posições na ocupação, as maiores reduções ocorreram entre os empregados no setor público (-27 mil entre o 3º e 2º trimestre de 2021) e empregadores (-15 mil na comparação com o mesmo período). Além desses, a redução dos ocupados no trabalho doméstico foi da ordem de -2 mil pessoas e de -8 mil no trabalho familiar.

O aumento de ocupados no intervalo dos dois últimos trimestres foi determinado pelos acréscimos de 60 mil empregados no setor privado (sendo quase que igualmente distribuída entre trabalhadores com carteira assinada e sem carteira, 52% e 48%, respectivamente) e 40 mil de ocupados por conta própria.

Tabela 1: Ocupados por posição na ocupação e categoria do emprego – SC, 3º e 2º trimestres de 2021 e 3º trimestre de 2020.

| Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal | 3º trimestre 2020 | 2º trimestre 2021 | 3º trimestre 2021 | Variação 3º 2021/2º 2021 | Variação 3º 2021/3º 2020 |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------------|--------------------------|
| Total | 3.531 | 3.669 | 3.717 | 48 | 186 |
| Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico | 1.880 | 1.960 | 2.020 | 60 | 140 |
| Empregado no setor privado - com carteira de trabalho assinada | 1.701 | 1.770 | 1.801 | 31 | 100 |
| Empregado no setor privado - sem carteira de trabalho assinada | 179 | 190 | 219 | 29 | 40 |
| Trabalhador doméstico | 121 | 133 | 131 | -2 | 10 |
| Trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada | 44 | 46 | 52 | 6 | 8 |
| Trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada | 77 | 86 | 79 | -7 | 2 |
| Empregado no setor público | 385 | 394 | 367 | -27 | -18 |
| Empregado no setor público - com carteira de trabalho assinada | 51 | 56 | 45 | -11 | -6 |
| Empregado no setor público - sem carteira de trabalho assinada | 42 | 65 | 56 | -9 | 14 |
| Empregado no setor público - militar e funcionário público estatutário | 292 | 274 | 266 | -8 | -26 |
| Empregador | 192 | 190 | 175 | -15 | -17 |
| Conta própria | 861 | 912 | 952 | 40 | 91 |
| Trabalhador familiar auxiliar | 93 | 80 | 72 | -8 | -21 |

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral; Elaboração: DIER/SDE.

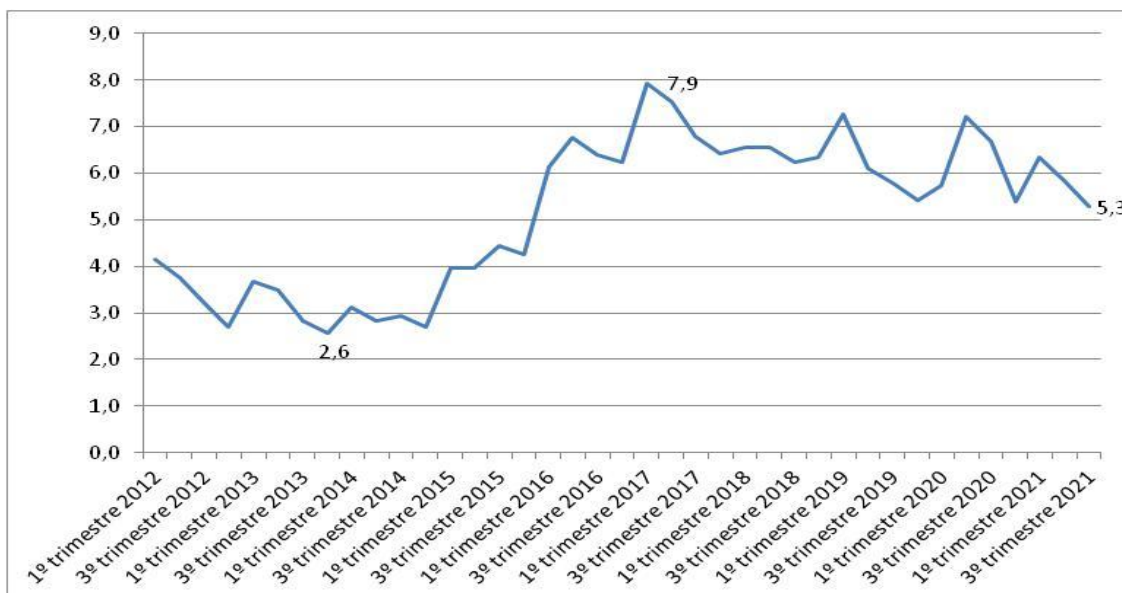
População desocupada: classificam-se como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência da pesquisa. Consideram-se também como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de 4 meses após o último dia da semana de referência.

Por fim, ainda dentro da força de trabalho estadual, o número de desocupados foi estimado em 207 mil pessoas. Comparado ao trimestre anterior, em números absolutos,



registrou-se uma variação de -21 mil pessoas desocupados. Com isso, a taxa de desocupação caiu de 5,9% para 5,3% em Santa Catarina. Dentro da série histórica, é a mais baixa desde o 4º trimestre de 2015, quando o percentual de desocupados atingia 4,3% da força de trabalho.

Gráfico 2: Taxa de desocupação na semana de referência (em %) por trimestre – SC, 2012-2021.



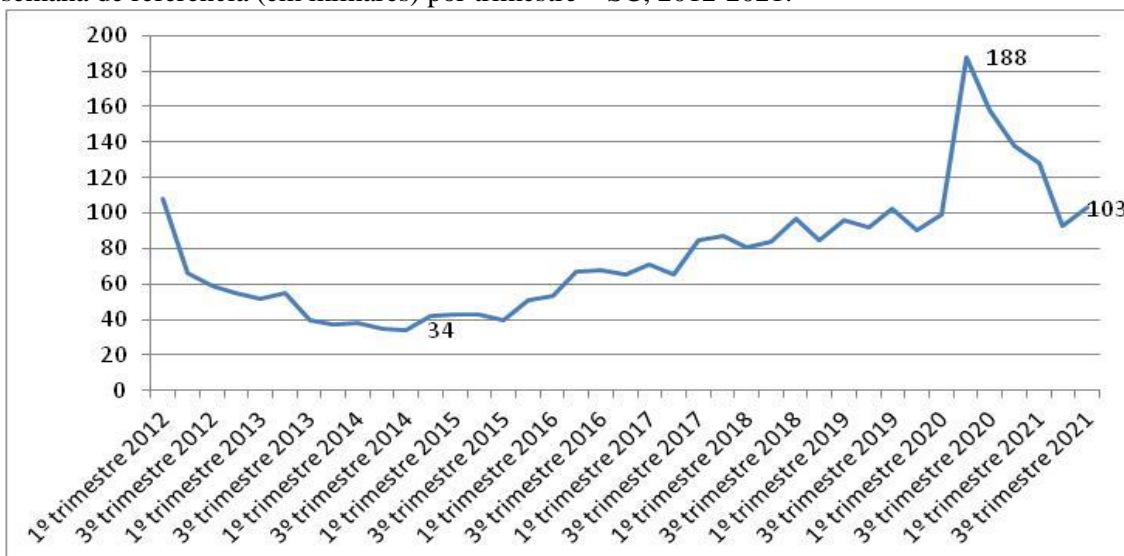
Fonte: PNAD Contínua/IBGE; Elaboração: DIER/SDE.

FORÇA DE TRABALHO POTENCIAL: A força de trabalho potencial é definida como o conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho. É formado por dois grupos: 1) pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência; 2) pessoas consideradas em desalento, que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

Quanto à força de trabalho potencial, esse contingente soma 103 mil pessoas no estado. Na comparação com o trimestre anterior, houve um acréscimo de 10 mil pessoas, o que significou uma variação de 10,8%. Dentro da série histórica, o maior contingente nesta condição ocorreu no 2º trimestre de 2020, no alto das medidas de contenção da pandemia, e o menor no 3º trimestre de 2014.



Gráfico 3: Pessoas de 14 anos ou mais de idade que compõem a força de trabalho potencial na semana de referência (em milhares) por trimestre – SC, 2012-2021.



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: DIER/SDE.

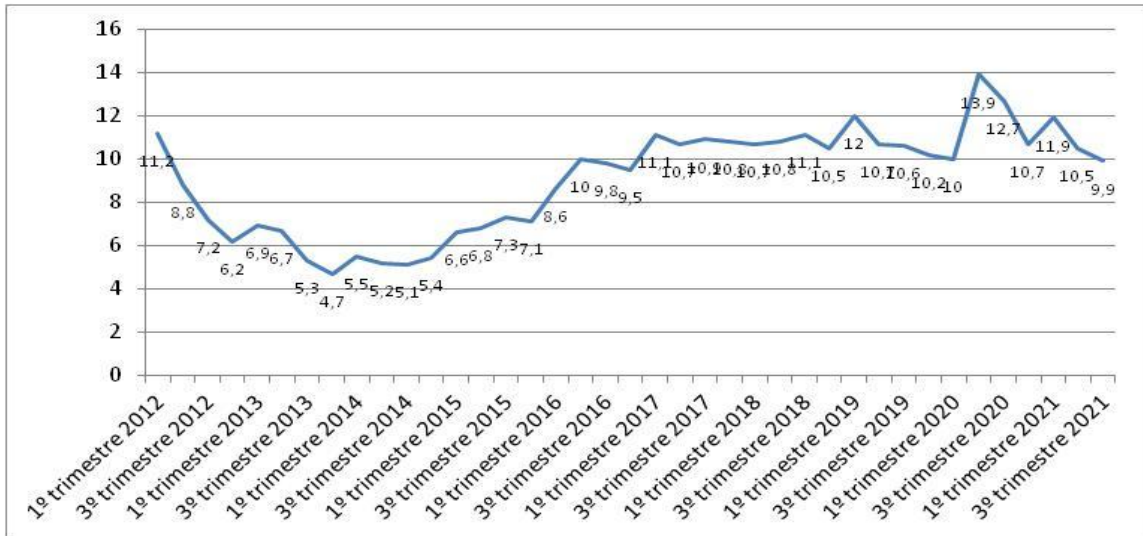
TAXA COMPOSTA DE SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: Considera a proporção de pessoas desocupadas, subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e a força de trabalho potencial (composta por pessoas em duas situações: (I); realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana (II) não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis na semana) sobre a quantidade de pessoas na força de trabalho ampliada (força de trabalho e força de trabalho potencial).

Segundo dados da última PNADC/IBGE, 9,9% da população que compõe a força de trabalho ampliada no período do 3º trimestre de 2021 encontrava-se subutilizada em Santa Catarina, conforme demonstrado no gráfico 4. Na comparação com o trimestre anterior, houve uma queda de 0,6 p.p., fazendo com que a atual taxa de subutilização da força de trabalho se encontre em patamar mais baixo do que aquele do início da pandemia. Para o mesmo trimestre de 2020, a queda na taxa foi de -2,8 p.p. Com isso, Santa Catarina apresenta a menor taxa de subutilização da força de trabalho na listagem estadual, significativamente abaixo da média brasileira, de 26,5%.

Desagregando a taxa de subutilização da força de trabalho em Santa Catarina, a redução do patamar no terceiro trimestre de 2021, frente ao anterior, foi verificada para os desocupados (-21 mil) e para os subocupados por insuficiência de horas (-10 mil). Contudo, a força de trabalho potencial apresentou um aumento de 10 mil pessoas entre os trimestres, totalizando 103 mil pessoas que se encontravam em uma das duas situações: (I) realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana; (II) não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis na semana.



Gráfico 4: Taxa composta da subutilização da força de trabalho (em %), por trimestre – SC, 2012-2021

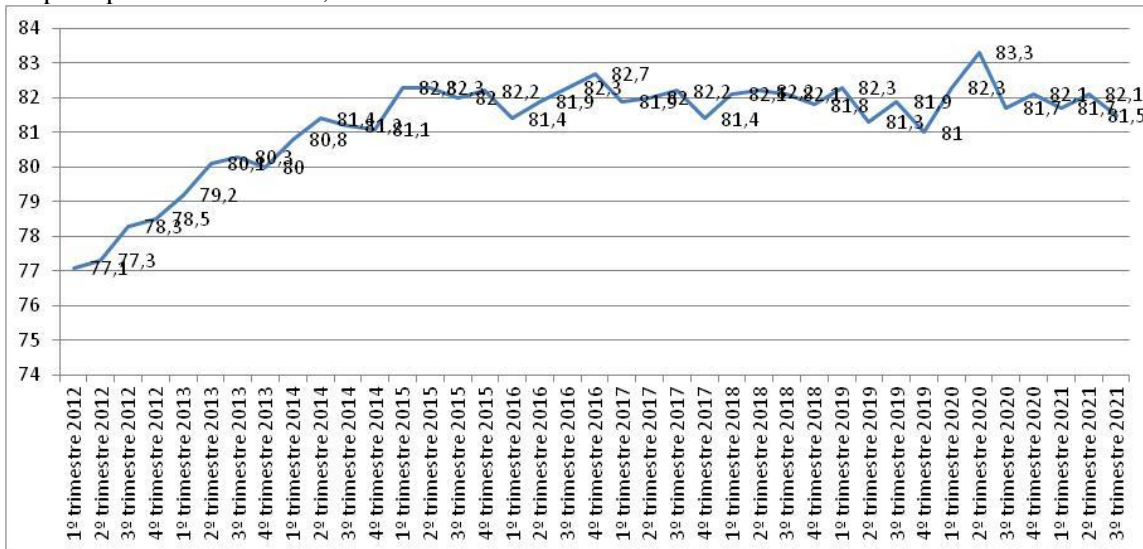


Fonte: PNAD Contínua/IBGE; Elaboração: DIER/SDE.

TAXA DE FORMALIDADE: Percentual de pessoas contribuintes ao instituto de previdência dentro da população ocupada na semana de referência (em %)

Ao tomar o percentual de pessoas ocupadas que contribuíram para a previdência como indicador de formalidade, a taxa estadual foi de 81,5% no terceiro trimestre de 2021, conforme gráfico 5. Com esse resultado, Santa Catarina diminuiu a participação de trabalhadores formais em 0,6 p.p. frente ao trimestre anterior. Apesar da leve queda, o resultado consolida a liderança do Estado na listagem das unidades da federação com a maior incidência relativa de ocupados contribuintes para a previdência, bem acima da taxa brasileira, de 62,9%.

Gráfico 5: Percentual de pessoas contribuintes ao instituto de previdência na população ocupada por trimestre – SC, 2012-2021



Fonte: PNAD Contínua/IBGE; Elaboração: DIER/SDE.

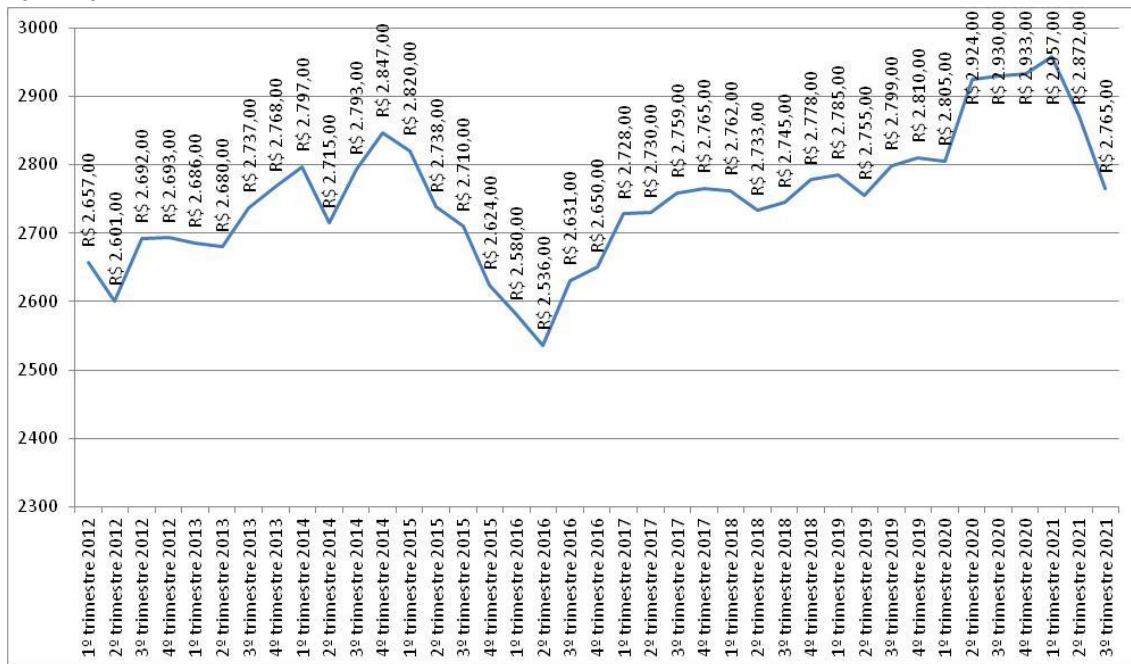


RENDIMENTO MÉDIO REAL HABITUALMENTE RECEBIDO NO TRABALHO PRINCIPAL: É o rendimento bruto real médio habitualmente recebido no trabalho principal que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana de referência da pesquisa

No 3º trimestre do ano, o rendimento médio habitualmente recebido no trabalho principal equivaleu a R\$ 2.765, conforme gráfico 6. Em relação ao trimestre anterior, houve uma redução no rendimento médio real de -3,7%, ou seja, houve uma redução do poder de compra do salário do trabalhador catarinense no último trimestre, em torno de R\$ 107. Essa foi a maior redução relativa no salário em toda série histórica iniciada em 2012. Na comparação com o 3º trimestre de 2020, a queda do rendimento em termos reais foi de 5,6% (o equivalente a R\$ 165, em termos absolutos). Em relação ao Brasil, o rendimento do trabalhador catarinense foi 16% maior no 3º trimestre de 2021.

A queda no rendimento real deve ser analisada à luz do processo desigual de recuperação econômica, na conjuntura da pandemia. Em primeiro lugar, a redução do patamar do rendimento médio pode ser uma decorrência do aumento das ocupações que passa a incorporar (ainda mais) profissões com menor rendimento (e que tinham sofrido de forma mais imediata os impactos da crise no ano passado, como os informais nas atividades de Serviços). Em segundo lugar, a queda do rendimento real pode estar atrelada também ao aumento no nível geral de preços, que reduz o poder de compra dos salários.

Gráfico 6: Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas com rendimento (em R\$) por trimestre – SC, 2012-2021



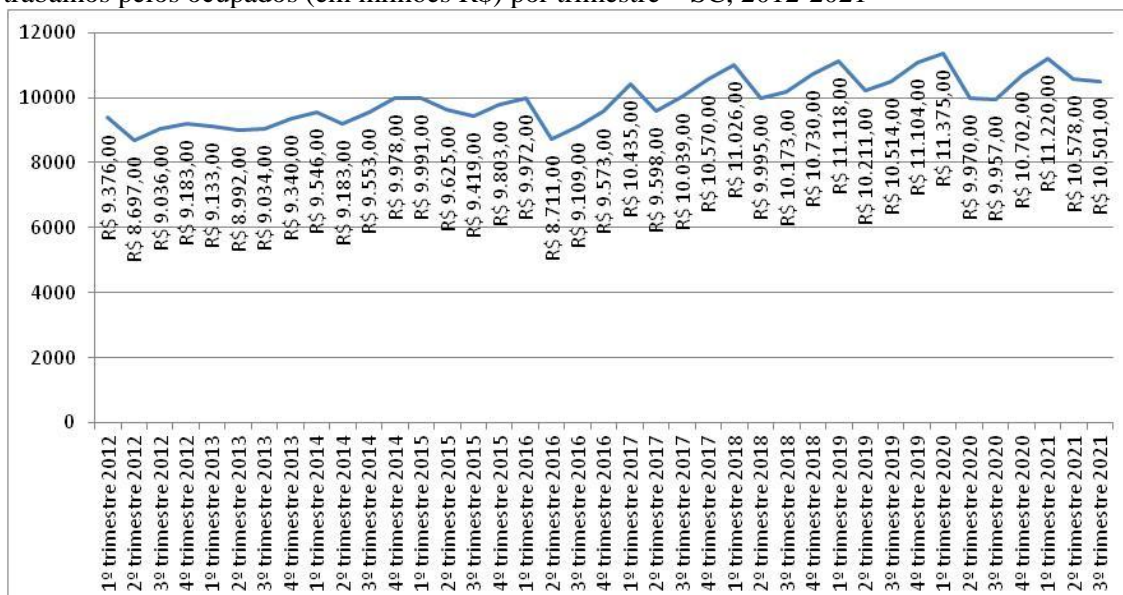
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. * Utiliza o deflator Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do mês do meio do último Trimestre de coleta divulgado.



MASSA DE RENDIMENTOS REAIS EFETIVAMENTE RECEBIDOS EM TODOS OS TRABALHOS PELOS OCUPADOS: É a soma dos rendimentos brutos efetivamente recebidos de todas as pessoas ocupadas em todos os trabalhos que tinham na semana de referência, a preços médios do trimestre mais recente que está sendo divulgado, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

O gráfico 7 destaca a massa de rendimentos reais no total do estado no 3º trimestre de 2021. Nesse período, o total de ocupados recebeu o equivalente a R\$ 10,578 bilhões. Frente ao resultado do trimestre anterior, houve uma queda real de 0,7%, variável importante que reflete diretamente os impactos da crise econômica e a retomada das atividades. De fato, com base na série histórica, a atual massa de rendimentos do trabalho se encontra ainda em um patamar abaixo da massa de rendimentos do 1º trimestre de 2020, pouco menos de 8% menor.

Gráfico 7: Massa de rendimentos reais efetivamente recebidos em todos os trabalhos pelos ocupados (em milhões R\$) por trimestre – SC, 2012-2021



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. * Utiliza o deflator Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do mês do meio do último Trimestre de coleta divulgado.